

Dívida Pública

Rolagem: governo se antecipa ao Senado

21 FEV 1992

BRASÍLIA — O Governo enviará na próxima semana ao Senado, se antecipando a uma iniciativa que os próprios senadores pretendiam tomar, um anteprojeto de resolução para disciplinar com critérios rígidos a rolagem da dívida de estados e municípios, estabelecida em lei aprovada no final do ano passado. Os termos do anteprojeto, elaborado por técnicos do Banco Central e do Ministério da Economia, foram discutidos ontem de manhã pelo líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), e o presidente do Banco Central, Francisco Gros.

Maciel disse à tarde que o anteprojeto de resolução respeitará os termos da lei da rolagem, inclusive nos quatro pontos que foram vetados pelo presidente Collor (os vetos ainda não foram apreciados pelo Congresso).

O GLOBO

— No que a lei não regula, podemos estabelecer critérios de acompanhamento e algumas regras e limites rígidos — afirmou o líder do Governo.

Dois partidos — PSDB e PST — contestam no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da lei da rolagem, por entenderem que uma lei de iniciativa da Câmara dos Deputados não pode regular matéria de competência privativa do Senado. A rolagem da dívida foi aprovada no final do ano passado, através de um acordo entre Governo e PMDB, em troca da aprovação do pacote fiscal.

A resolução, prevista na própria lei de rolagem, será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos e em seguida votada pelo plenário do Senado. E não poderá ser vetada pelo presidente Fernando Collor.